



FUNK CARIOCA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: AVANÇOS E RETROCESSOS ENTRE 2008 E 2016.

Pâmella Passos¹

Sandro Henrique Rosa²

Resumo: Fruto de uma pesquisa que durante três anos analisou os impactos culturais da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), propomos neste artigo problematizar a relação, por vezes hierárquica, entre Segurança Pública e Cultura nas favelas cariocas. Para tal, nos debruçaremos sobre o Edital para Bailes e Criação Artística no Funk, leis e resoluções aplicadas sobre o funk e entrevistas com produtores contemplados nesta seleção pública e com membros do governo em suas esferas de Cultura e Segurança. Vislumbrando a importância de assegurar as práticas culturais populares de forma segura, pretendemos também propor caminhos para uma relação respeitosa e produtiva entre Poder Público/ Estado e o Produtor Cultural Popular.

Palavras-chave: Cultura; Favela; Funk; Política Pública; UPP;

Considerações iniciais

Sob o discurso de retomada dos territórios das favelas em 2008 foi inaugurado o Projeto de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPS) no Rio de Janeiro. Inspirados no modelo de segurança implementado na Colômbia tal política de Segurança Pública previa a instalação de um comando local da Polícia Militar em cada comunidade ocupada. A primeira favela carioca a receber uma UPP foi o morro Santa Marta, situado na zona sul carioca. Atualmente, após quase 08 anos de implementação e 38 unidades

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ- Campus Rio de Janeiro), Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Observatório da Indústria Cultural (Oicult) e do Grupo de Pesquisas em Tecnologia, Educação e Cultura (GPTEC). E-mail: pamella.passos@ifrj.edu.br

² Graduando no curso Bacharelado em Produção Cultural no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ- Nilópolis) e integrante da pesquisa “Cultura pacificada? Uma análise dos impactos culturais da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’S)”. Email:sandrohnrr@gmail.com.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

implementadas, a “Pacificação”, como ficou conhecida a ação, recebe duras críticas de estudiosos, moradores das favelas e movimentos sociais.³

Durante três anos investigamos os impactos culturais destes batalhões locais, a saber: as Unidades de Polícia Pacificadora. Como resultado, encontramos um transbordamento das ações das UPPs, extrapolando a esfera de segurança e gerando importantes impactos nas práticas culturais das favelas “pacificadas”. Para o espaço desta comunicação analisaremos a perseguição aos bailes funk nas favelas do Rio de Janeiro, para a partir deste analisador, problematizar a relação entre: Poder Público/ Estado e o Produtor Cultural Popular.

Como indica Adriana Facina (2014) a criminalização do funk carioca é datada do início da década de 1990, desde então, o gênero musical e seus profissionais e adeptos conhecidos como funkeiros, sofreram na pele o fechamento dos bailes, perseguições e preconceitos. Frente a tal perseguição foi criada em dezembro de 2008, a Associação de Profissionais e Amigos do Funk (APAFunk), articulada por artistas e produtores do funk, além de pesquisadores, advogados, dentre outros ativistas.

Imediata a sua criação, a APAFunk encampou duas lutas principais: a derrubada da Lei Álvaro Lins e a criação de uma lei que reconhecesse o funk como cultura. A Lei Álvaro Lins, oficialmente lei nº 5265 de 2008, se apresentava como forte empecilho às realizações culturais populares, como analisa Facina:

Além de exigências impossíveis de serem cumpridas por uma festa popular com ingressos muito baratos ou mesmo gratuitos, como a existência de um banheiro para cada 50 pessoas ou de detectores de metal, a lei colocava nas mãos da autoridade policial local o poder de liberar os bailes. (FACINA, 2014. p. 6 – 7).

Assim, dispondo sobre a regulamentação para a realização de festas raves e bailes funk, a lei respaldava a ação policial de discriminação institucionalizada com o funk. Como declarou Guilherme Pimentel, advogado e ativista que integra a APAFunk, a Revista Fórum, “a lei regulamentava eventos de duas camadas sociais tão distintas. As

³A esse respeito, ver Comunicações do ISER, nº 67-Ano 31-2012.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

raves tinham como cumprir os requisitos, mas os bailes funk, na prática, ficavam inviabilizados”.⁴

Já a lei estadual nº 5543/2009 que reconheceu o Funk como Cultura expressava a vitória em uma das muitas batalhas a serem travadas contra o preconceito em relação às manifestações da cultura popular. Os dois acontecimentos, revogação e sanção das respectivas leis, deram-se no mesmo dia, 22 de setembro de 2009, seguido de grande comemoração pelos funkeiros da cidade. Entretanto, apesar destas vitórias a luta continuaria, pois, como ressalta o presidente a APAFunk:

A aproximação do Estado sempre pelo braço da Secretaria de Segurança Pública. E esse braço, vamos dizer assim, que ficou mais próximo com o processo da UPP. [...] No Santa Marta, a capitã Priscila, na época, hoje Major, a primeira coisa que ela falou lá, que enquanto ela tivesse lá, no Santa Marta, que não haveria baile funk. Ela declarou isso na televisão e ninguém faz um ponto de interrogação, nem por que.⁵

Como nos indica a fala acima, a relação do Poder Público com os produtores culturais de territórios populares vem sendo pautada pela representação do Estado armado, discutindo questões importantes do campo cultural sob o olhar dos órgãos de Segurança Pública. Cabe destacar que a UPP Santa Marta, citada pelo presidente da APAFunk, foi instalada em dezembro de 2008, no entanto, mesmo após a revogação da lei que inviabilizava os bailes funk e o reconhecimento deste gênero musical como cultura, o batalhão local manteve a proibição do baile.

Assim, o mesmo Estado que reconhece culturalmente o funk, permite sua proibição no cotidiano das favelas militarmente ocupadas. Nesse sentido, as Políticas Públicas de Cultura e Segurança não dialogam, e na prática, a primeira se sobrepõe a segunda.

⁴Entrevista publicada em 08 de fevereiro de 2012, disponível em http://www.revistaforum.com.br/2012/02/08/a_luta_do_funk_contra_o_preconceito/ <acesso em 22/04/2016>

⁵ Presidente da APAFunk em entrevista concedida à pesquisa em 02 de setembro de 2013.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Sob a perspectiva do autor Guilherme Lopes, adotaremos para nossa investigação dois termos similares, mas com uma importante diferenciação entre si. São eles política pública de cultura e política cultural. Sendo o primeiro específico aos programas e ações planejadas pelos órgãos públicos para intervir no campo cultural, o segundo é um conceito mais amplo.

Compreendido como as disputas simbólicas dadas em sociedade, políticas culturais são, como o autor afirma, “os conflitos, lutas e transformações ligadas às questões da cultura, em seu sentido antropológico”. (LOPES, 2015) Assim, podemos notar a atuação da APAFunk como um exemplo de políticas culturais, sendo uma disputa pelas transformações culturais pautadas por grupos da sociedade civil.

Partindo destas definições, nosso foco neste trabalho é dialogar com uma ação pública de intervenção no campo cultural: o edital para Bailes e Criação Artística no Funk, lançado pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro em 2013, entendendo-o como uma Política Pública de Cultura. Nosso intuito é, partindo desta chamada pública, problematizar a relação de Políticas Públicas Culturais e produtores populares em especial do funk no Rio de Janeiro.

Da lei “Funk é cultura” a realização dos bailes: uma luta cotidiana

A Lei estadual nº 5543/2009, a lei Funk é Cultura, define “Funk como movimento cultural e musical de caráter popular”. O projeto de lei, apresentado pelo deputado estadual Marcelo Freixo, foi elaborado por integrantes da APAFunk em articulação com representantes do mandato parlamentar e pesquisadores deste gênero musical, revelando assim, um importante dado para o planejamento de políticas públicas de cultura: o diálogo com sociedade civil. Como exemplo, podemos registrar a Audiência Pública “Funk é Cultura” realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA



Registro da Audiência Pública “Funk é Cultura” realizada na ALERJ em 25 de agosto.⁶

Aprovada, a Lei “Funk é Cultura”, como ficou conhecida, prevê:

Art.3º Os assuntos relativos ao funk deverão, prioritariamente, ser tratados pelos órgãos do Estado relacionados à cultura.

Art.5º Os artistas do funk são agentes da cultura popular, e como tal, devem ter seus direitos respeitados.⁷

Apesar da aprovação da lei, foi necessário garantir que o funk fosse respeitado como cultura, assim como seus agentes. A luta deveria continuar, pois, outras ferramentas do Estado se apresentavam como respaldo para discriminação do Poder Público com o movimento funkeiro. Estamos falando especificamente da Resolução nº 013, da Secretaria de Estado de Segurança, datada em 23 de janeiro de 2007.

De maneira geral, trata-se de uma resolução que atribui aos órgãos de segurança pública a função de preservar a ordem na realização de “*eventos culturais, sociais,*

⁶ Crédito foto: Adriana Facina. Disponível em <http://apafunk.blogspot.com.br/2009/08/alerj-fotos.html> <acesso em 28/04/2016>

⁷ Texto da lei na íntegra disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/78ae3b67ef30f23a8325763a00621702?OpenDocument> <acesso em 24/04/2016>

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

desportivos, religiosos e quaisquer outros que promovam concentrações de pessoas, no Estado do Rio de Janeiro”. Para tal, os produtores devem submeter seus eventos à aprovação dos devidos órgãos.

Com a resolução 013, o procedimento para um realizador obter a autorização para seu evento é composto pela entrega de uma série de documentos e formulários, publicados anexos à Resolução, aos representantes da Polícia Militar e Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Sem fazer distinção dos portes de eventos, aplicando a mesma regra a todos, a Resolução fazia exigências muitas vezes impossíveis de serem atendidas. Ignorando as variações de cada evento, a 013 ainda declarava em seu 2º artigo que:

“Parágrafo único - Considerando a natureza e o tipo do evento a ser realizado, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução exigirem, motivadamente, outros requisitos que visem à prevenção da incolumidade das pessoas e do patrimônio e a repressão às atividades criminosas. De igual modo, poderão as autoridades indicadas nesta Resolução, suprirem, motivadamente, determinados requisitos considerando o grau mínimo de risco à segurança pública e a natureza do evento artístico, social e/ou desportivo de pequena ou média monta em homenagem ao princípio da proporcionalidade.”

Esse parágrafo, além de contribuir para não entendimento pleno da resolução por parte dos realizadores dos eventos, cria brechas que dão aos agentes de segurança pública liberdade para agirem com critérios não previstos, selecionando ainda sem critérios pré definidos quais produtores receberão melhor tratamento. O que resulta nos relatos de representantes da SESEG se utilizando da lei para impedir a realização de eventos relacionados ao funk nos territórios ocupados por UPP.

A 013 foi revogada em 2013 após intensa campanha da APAFunk contra a Resolução. Além de denunciar arbitrariedades policiais, foram organizadas Rodas de Funk em diversos pontos da cidade para dialogar sobre a Resolução 013 e seus impactos

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

sobre a produção cultural popular, e produzido o manifesto “7 motivos para ser contra a resolução 013”⁸. Em seu lugar, uma nova resolução foi implementada em 20 de fevereiro de 2014. Oficialmente Resolução Conjunta Nº 135, da Secretaria de Estado de Defesa Civil e SESEG/RJ 2014, ficou conhecida entre os funkeiros como Resolução 014 devido à sua similaridade com a anterior.

É presente, em ambas resoluções, a afirmação de que a liberação para o evento pode ser revogada a qualquer momento por qualquer um dos órgãos competentes, impossibilitando a realização, caso seja identificado risco à segurança pública, seja esse risco antecessor ou consequente do evento em questão. O espaço para revogação é importante para quando for real o risco à segurança do público e população ao redor. Entretanto, ele é também facilitador do abuso de poder.

Em artigo, Moncau e Pimentel (2013) alertam para esse funcionamento que propicia o “aumento do nível de corrupção na administração pública”, concluindo que “a lógica da relação entre Estado e Produtores Culturais, que deveria ser de orientação e acompanhamento, passa a ser de informalidade e repressão”. Nas entrevistas realizadas em nossa pesquisa e nos materiais coletados, o que pudemos perceber foi o não cumprimento dos artigos previstos em lei. Num flagrante desrespeito ao artigo 5º temos o relato do DJ Byano, organizador do Baile da Chatuba, acerca das perseguições sofridas por policiais. O produtor, que foi preso cerca de cinco vezes devido ao seu trabalho com funk, nos relatou algumas dessas experiências, que antecedem a instalação da UPP na Chatuba, no Complexo da Penha.

Primeira vez que eu fui pego foi lá na rua do valão, isso num sábado, 21h da noite. Eu ia lá fora comprar um CD pra poder gravar e fui andando sozinho pela rua do valão. A viatura encostou assim e falou "Entra". Eu com medo lógico, entrei, né. Aí falaram " Tu que é o Byano? Me dá um cd do Chatubão aí,

⁸Sobre isso ler Cultura como crime, cultura como direito: a luta contra a resolução 013 no Rio de Janeiro, de Adriana Facina (2014).

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

agora..." [...] Aí na terceira semana os mesmos me pegaram [...] E assim sucessivamente. Já apanhei, já me queimaram com cigarro.⁹

O relato não termina em uma delegacia ou mesmo com um registro policial, pois Byano não estava exercendo nenhuma atividade ilícita no momento em que foi abordado pelos policiais. Este é mais um exemplo da perseguição do Estado ao funk. Nesse sentido, o agente cultural popular Byano, descreve um dos diversos casos de impedimento da realização de bailes funk ocorridos a partir da ocupação da UPP na Chatuba, que foi instalada em 2012.

Os comandantes falavam que era uma ordem do comando maior, e que aqui era um território militar, então era como se fosse um troféu entendeu? [...] Aí teve a troca de comandante e botaram esse tal de Ludolf. Aí se tu botar música alta dentro de casa, ele entra lá dentro e desliga teu som. [...] Porque ele era totalmente ditador, totalmente escroto, ele falava que não gostava de funk por ele ser evangélico e tal e dizia "Você pode trazer documento que você quiser, porque quem não quer o baile aqui sou eu".¹⁰

A UPP Chatuba foi instalada em 2012, ou seja, quando o artigo 5º da lei 5543/2009 já vigorava. Apesar da determinação legislativa a ação arbitrária do Comando Local das UPPs persistiam, tendo o policial poder para definir sobre as pautas da produção cultural popular.

Aproximando os dados levantados em nosso trabalho de campo e o artigo 3º da lei 5543/2009, percebemos que esta prioridade de interlocução com o funk através dos órgãos de cultura não foi uma realidade. No período de aprovação da lei já eram quatro as UPPs instaladas: Santa Marta, Cidade de Deus, Batan e Babilônia/Chapéu Mangueira. Na Cidade de Deus, segunda favela ocupada pela UPP, o produtor cultural Rodrigo Felha acompanhou desde o princípio a experiência de pacificação na comunidade e afirmou à nossa pesquisa:

⁹Entrevista concedida à pesquisa em 07 de março de 2015.

¹⁰ Entrevista concedida à pesquisa em 07 de março de 2015.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

E aí, a Cidade de Deus sofrendo e servindo de cobaia pras coisas positivas e negativas, que foram maioria. Então a Cidade de Deus sofreu muito. A ponto da pessoa dentro de casa, de seu quintal, tá ouvindo funk, o policial entrar na casa dela e mandar ela desligar, porque tava escutando funk. [...] Então foi uma ditadura esse início de UPP que o funk passou.¹¹

A partir do relato de Felha, que é um dos realizadores do Baile do Coroadó, tradicional evento de Funk na Cidade de Deus, podemos notar que a UPP teve suas intervenções para além das questões de segurança da favela ocupada. Tal intervenção não se limitou à proibição dos bailes nos territórios com experiência de pacificação, a Segurança passou também a atuar na seleção dos projetos culturais de funk que circulariam no estado através do Edital para Bailes e Criação Artística no Funk, elaborado pela SEC/RJ.

Edital para Bailes e Criação Artística no Funk: o retorno dos Bailes?

O Edital para Baile e Criação Artística no Funk foi lançado em 2013¹² pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC/RJ), por meio da Coordenadoria de Cultura, Cidadania e Juventude.¹³ Com um recurso total de R\$ 650.000,00, oriundo da SEC/RJ, a verba destinava-se à duas categorias de projeto: Produção de Baile Funk e Produção Artística no Funk.

O edital contemplou com o valor máximo de R\$ 15.000,00 dezenove projetos na categoria de Produção Artística, o que envolve produção musical, circulação artística, audiovisual, memória e comunicação. E em Produção de Baile foram dezessete os contemplados com o recurso de máximo de R\$ 20.000,00.

¹¹ Entrevista concedida à pesquisa em 25 de março de 2015.

¹² Esse foi o segundo processo voltado para o movimento funk. O edital anterior, publicado pela SEC/RJ em 2011, foi denominado Seleção Pública de Projetos de Criação Artística no Funk e não previa contemplar especificamente os bailes funk.

¹³ A Coordenadoria desenvolve um programa voltado para a cultura produzida principalmente pela juventude e periferia do estado do Rio de Janeiro. O programa que na época do edital se intitulava Favela Criativa, atualmente recebe o nome de Territórios Culturais.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Para avaliação dos projetos culturais que resultou na seleção acima, a SEC/RJ formou uma banca de seleção da qual fizeram parte profissionais do meio funk, estudiosos do gênero, representantes da Secretaria de Estado de Segurança e da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Em entrevista concedida a nossa pesquisa, representante da SEC/RJ relatou a justificativa para tal composição.

Tem como falar de funk hoje em comunidades pacificadas, ou no interior, ou em qualquer outro lugar, que seja, sem falar com a polícia militar e com a Secretária de Segurança? Então, o que eu fiz? Vamos chamar a Secretaria de Segurança, vamos chamar a Polícia Militar para participar da segunda fase.¹⁴

A nosso ver, com tal prática o poder público legitima a intervenção dos órgãos de segurança do Estado nas questões relacionadas ao campo cultural, em especial nas favelas. Ou seja, uma relação que deveria ser problematizada e combatida é assumida como natural e impossível de mudar.

Após liberação do resultado do edital, como previsto na chamada pública, foram realizados encontros entre os proponentes selecionados e a SEC/RJ para negociação da realização dos bailes.

Em entrevistas realizadas com representantes da SEC/RJ e produtores de um projeto contemplado no referido edital, destacamos algumas condições impostas pela Secretaria para realização dos projetos: **a)** horário e duração dos bailes funk, o que provoca também impactos econômicos sobre os que vendem alimentos e bebidas nesses eventos. Sabendo que o ápice do evento ocorre a partir de 1:00h e seu término foi determinado às 2:00h, a venda desses produtos seria reduzida; **b)** cerceamento da criação artística e alteração no repertório musical; proibindo as canções que retratam o cotidiano da favela, conhecidas popularmente como “Proibições”.

De acordo com propositores contemplados pelo edital, a todo o momento, as imposições da SEC/RJ respaldavam-se num discurso de “segurança do evento”. A esse respeito, destacamos aqui um trecho da entrevista que realizamos com o Tenente

¹⁴Entrevista concedida à pesquisa em 20 de maio de 2014.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Coronel da PM, chefe da Coordenação de Ensino e Pesquisa da Polícia Pacificadora e diretor da Escola de Polícia de Proximidade, responsável pela formação dos policiais militares atuantes nas UPPs.

Eu já tive a oportunidade de estar diante das lideranças comunitárias e as pessoas questionam e eu lembro da tragédia que aconteceu no município de Santa Maria, lá no Rio Grande do Sul, da Boate Kiss. Eu falei assim “Olha, é óbvio que todo mundo quer diversão, mas se a diversão tem que acontecer, temos que ter segurança pra que a gente não tenha uma ocorrência daquelas. Então o quê que a gente quer? Por exemplo, você vai fazer o baile funk, mas as pessoas vão estacionar o carro aonde? No Pavão-Pavãozinho as pessoas fechavam a rua, então se acontecer qualquer coisa lá, pegar fogo, o bombeiro não consegue chegar, se tiver qualquer problema lá de uma pessoa passar mal, essa pessoa vai morrer lá dentro porque não tem como sair, a rua tá fechada. Então vamo lá, e extintor de incêndio? E saída de emergência? [...] Aí acontece com segurança e tal, vamos pra outras questões, até que horas vai esse baile funk? Porque você não tem isolamento acústico, as pessoas vão ficar acordadas até que horas? [...] Tem que ter isolamento acústico e alguns bailes em algumas localizações, não atinge só o pessoal da comunidade, atinge o pessoal do asfalto também, por exemplo o próprio Pavão-Pavãozinho, atinge o pessoal do asfalto.”¹⁵

As necessidades identificadas pelo Coronel e pelo poder público em geral, não foram respondidas de maneira propositiva, através da elaboração de políticas públicas. Neste cenário, cabe ao produtor cultural popular, por vezes sem recursos e isolado, a resolução dessas problemáticas e implementação das adequações.

Nesse sentido, podemos dizer que ambigualmente o edital da SEC/RJ contribuiu para o movimento funk carioca, reconhecendo-o como prática cultural passível de receber verba pública da pasta de cultura, mas ao mesmo tempo aumenta o poder da polícia como árbitro de manifestações culturais das favelas através da participação de policiais na banca de seleção e na ausência de um acompanhamento efetivo para autorização da realização dos bailes, visto que alguns projetos contemplados não foram executados por falta de autorização policial até a presente data (abril de 2016

¹⁵Entrevista concedida à pesquisa em 25 de julho de 2015.



Considerações finais: propostas para uma Política Cultural COM o Funk

Ao assumirmos a perspectiva da Pesquisa-Intervenção (KASTRUP, 2008) temos como objetivo propor alternativas para que o Estado supere sua atuação cerceadora e por vezes repressora no que tange as políticas culturais. Nesse sentido, almejamos a construção de uma parceria entre os agentes culturais populares e o Estado, na qual os primeiros devem ser respeitados e acolhidos em suas demandas, para garantir a execução e preservação de suas práticas culturais com especificidades populares.

No contexto carioca, parte fundamental na construção desse relacionamento é o diálogo que deve ser promovido pelo Estado com os agentes do funk, visto que o que temos observado nas políticas públicas de cultura para os funkeiros é a aplicação das lógicas de produções de asfalto. Nesse sentido, exigências são mecanicamente transpostas: banheiros químicos, isolamento acústico, logística de prevenção a incêndio dentre outras, sem considerar especificidades da produção cultural nas favelas cariocas que, muitas vezes, não cobram ingresso ao seu público, tendo uma realidade orçamentária distinta das festas do asfalto.

Sendo assim, acreditamos que o poder público deve tornar viável economicamente o cumprimento das normas de segurança, garantindo via órgãos públicos os requisitos necessários para um evento seguro. Dessa forma asseguraria a continuidade e manutenção das atividades culturais populares, como os bailes funk.

Em nossa pesquisa pudemos notar a não familiaridade com as demandas apresentadas pelos órgãos de segurança para aprovação de um evento. Tamanha burocracia e vastas exigências dificultam ainda mais a produção cultural de favela. É preciso facilitar o acesso ao conhecimento das normas de segurança, por exemplo, para a realização de um baile “seguro”.

Um passo importante neste sentido e que foi identificado por nossa equipe, é a demanda de escuta dos produtores culturais populares. Percebemos que a realização de uma pesquisa acerca da relação das comunidades com suas práticas culturais possibilitaria identificar supostos problemas como: o alto volume da música nos bailes

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

funk indicado pelo representante da SESEG/RJ, ou ainda o impacto econômico sofrido pelos comerciantes locais e provocado pela restrição do horário de realização do baile, como apontou DJ Byano. E assim estabelecer as prioridades a serem atendidas.

Identificar quais as principais questões que tornam um baile funk (in)seguro pode ser o princípio para a promoção de ações públicas que minimizem esses riscos por meio de: criação de planos de trânsito nos locais; viabilização de isolamento acústico; desburocratização do processo para liberação dos órgãos públicos de segurança através de uma plataforma virtual para tais solicitações; confecção de cartilhas com orientações para equipes de produção sobre procedimentos de emergências.

O que propomos então é uma produção cultural popular apoiada e respeitada pelas Políticas Públicas de Cultura. Para tal é preciso caminhar junto, propor COM a periferia e não PARA ela.

Bibliografia

- FACINA, Adriana. Cultura como crime, cultura como direito: a luta contra a resolução 013 no Rio de Janeiro. In: Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal, 2014.
- KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: Trarepa/Faperj, 2008.
- LOPES, Guilherme. Reconhecimento, redistribuição e território: conceitos, questões e horizontes para as políticas culturais na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.
- PASSOS, Pâmella; FACINA, Adriana. Baile Modelo!: Reflexões sobre práticas funkeiras em contexto de pacificação. Rio de Janeiro. Apresentado no VI Seminário Internacional Políticas Culturais em 27/05/2015.
- PASSOS, Pâmella; DANTAS, Aline; MELLO, Marisa S. (orgs.) Política Cultural com as Periferias: Práticas e Indagações de uma Problemática Contemporânea. IFRJ. Rio de Janeiro. 2013.

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. As Unidades de Polícia Pacificadora e a Segurança Pública no Rio de Janeiro. In: Comunicações do ISER, nº 67, ano 31-2012.

SANCHES, Pedro Alexandre. A luta do funk contra o preconceito. In: Revista Fórum. 08 de Fevereiro de 2012. <acesso em 22/02/2016>

RIO DE JANEIRO. Chamada Pública nº 13/2013. Seleção Pública de Projetos de Bailes e Criação Artística no Funk. <Acesso em: 19/08/2015>

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Segurança. Ato do secretário. Resolução SESEG nº 013 de 23 de Janeiro de 2007. <Acesso em: 05/12/2015>

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Segurança. Resolução Conjunta SESEG/SEDEC Nº 135 DE 20/02/2014. <Acesso em: 05/12/2015>

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. LEI Nº 5543 DE 22/09/2009. <Acesso em: 24/04/2016>

Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. SEC divulga resultado do Edital de Apoio à Criação Artística no Funk. Site Oficial da SEC/RJ. <acesso em: 31/01/2016>

Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. A Secretaria. Site Oficial da SEC/RJ <acesso em: 14/01/2016>